O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, A EDUCAÇÃO COMO DIREITO E A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

The National Plan for Education on Human Rights, education as right and training for citizenship in Basic Education

El Plan Nacional de Educación en Derechos Humanos, la educación como derecho y la formación para la ciudadanía en la Educación Básica

RESUMO A Educação para o exercício da cidadania é um tema constantemente abordado no discurso educacional. O presente artigo busca relacionar a formação para a cidadania com a Educação em Direitos Humanos, bem como, analisar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos no que se refere à Educação Básica e à Educação como direito.

PALAVRAS-CHAVE: CIDADANIA. DIREITOS HUMANOS. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.

ABSTRACT Education for the exercise of citizenship is a theme that is constantly addressed in educational discourse in a very generalized way. The present article seeks to analyze and relate the formation to citizenship with Human Rights Education formalized through the National Plan of Human Rights Education with regard to Basic Education, as well as Education as a right.

KEYWORDS: CITIZENSHIP. HUMAN RIGHTS. NATIONAL PLAN FOR HUMAN RIGHTS EDUCATION.

Resumen Una educación para el ejercicio de la ciudadanía es un tema que aborda el discurso educativo. Este artículo busca relacionarse con una forma para una ciudadanía con una Educación en Derechos Humanos, como un análisis o un Plano Nacional de Educación en un Drenitos Humanos que se refiera a una Educación Básica y una Educación como Director.

PALAVRAS-CHAVE: CIUDADANÍA. DERECHOS HUMANOS. PLAN NACIONAL DE EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS.

INTRODUÇÃO

As expressões que remetem à formação para a cidadania são utilizadas em diversos documentos oficiais, como também, na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Ba-

SIMONE STEFANI SILVA
Instituto Federal de Educação
Ciência e Tecnologia - IFSP

ses da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96). Aparecem de maneira incisiva em discursos, principalmente na área educacional, como objetivo importante a ser alcançado.

A Educação em Direitos Humanos no Brasil vem avançando consideravelmente nas últimas décadas. A partir do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2006, várias ações foram surgindo para que uma formação mais humanizada no âmbito escolar, como também, para o fortalecimento dos regimes democráticos fossem incorporadas como valores importantes para a sociedade. Podemos tomar como exemplo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que foram elaboradas a partir de reuniões do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação (composto por todos os membros do CNE em suas duas câmeras); de uma comissão interinstitucional, além de reuniões técnicas com especialistas no assunto e consultas realizadas por meio de duas audiências públicas e de formulários eletrônicos, com espaço para envio de sugestões, nos sites do Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação e Secretaria de Direitos Humanos.

O estudo da Educação em Direitos Humanos no Brasil, bem como, seus avanços a partir do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, parece algo de extrema relevância para delimitarmos melhor o que pode fundamentar uma formação para a cidadania em um país democrático a partir das políticas públicas existentes.

A formação para o exercício da cidadania parece, em um primeiro momento, uma expressão largamente utilizada e consensual em diversos discursos e documentos educacionais e na legislação atual, como se pode verificar na Lei 9.394/96 no seu artigo 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ou ainda em seu artigo 22:

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Assegurar ao educando uma formação básica comum indispensável para o exercício da cidadania é uma concepção que perpassa toda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Não raro os discursos dos professores, de diretores de escola, coordenadores pedagógicos e secretários de Educação também costumam ser pautados por essa expressão, muitas vezes citada nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas como um de seus objetivos prioritários, senão o principal.

Mas como seria educar para a cidadania nos dias atuais? Hoje, podemos constatar um inegável avanço em relação à democratização do ensino, compreendida como universalização do acesso às escolas. Ao contrário de um ensino elitizado e para poucos como era no passado, nos dias atuais as instituições públicas de ensino atendem a todos os alunos do ensino fundamental e progressivamente da educação infantil e ensino médio.

A educação, compreendida como direito humano, traz algumas importantes implicações. A primeira é uma maior obrigação do Estado nas questões educacionais. A educação, além de um direito social, constitui-se como direito público subjetivo, isto é, um direito reconhecido como natural, que nasce com o indivíduo e que portanto deve ser oferecido pelo Estado, podendo o cidadão exigir judicialmente o cumprimento da lei. A segunda é a possibilidade não só de garantia de acesso ao ensino, assegurando que todas as crianças estejam na escola, mas também a percepção de se exigir uma formação adequada que promova a igualdade. Podemos dizer que aqui se inclui, por exemplo, o direito de aprender, de

ter bons professores, preparados e bem pagos para o exercício do magistério.

Ocorre uma mudança de concepção, quando analisamos a educação como um direito. Em um país que historicamente promoveu – e continua a promover – desigualdades e exclusão social, a educação se apresenta como uma possibilidade de corrigir o atraso das políticas públicas brasileiras, que nunca garantiram à maior parte da população o acesso ao ensino criando possibilidades de amenizar carências e assegurar a todo cidadão a possibilidade de usufruir de todos os benefícios que a instituição escolar pode oferecer, fornecendo as garantias jurídicas para que esse direito seja exercido.

Ora, negar à maioria da população um direito fundamental como o direito à educação, é restringir o ideal de uma cidadania plena a poucos. Em outras palavras, é instaurar uma “aristocracia”, não fundada no privilégio do sangue ou nas escolhas dos deuses, mas justificada num ideal de desempenho escolar abstrato (CARVALHO, 2002, p. 161).

Ainda segundo Carvalho (2002):

É somente a partir do momento em que a gestão da polis passa a ser acessível a todo e qualquer cidadão, a partir do momento em que se cria o espaço público – que por pertencer a todos, não é privilégio de ninguém –, que o problema da educação para a virtude na conduta moral – na vida privada e na pública – torna-se objeto privilegiado de debates e de antagonismos. Tratava-se, então – como se trata hoje – de se perguntar como formar o homem para que ele se torne um cidadão, um membro da coletividade que possa tomar para si as responsabilidades e o desafio de criar leis e princípios de convivência com o outro e

com o público e conduzir-se de acordo com eles. O problema se torna agudo quando não mais se trata de formar alguns, uns poucos que devem deter o poder, mas de formar “todos os cidadãos” para que, na igualdade que os marca em face da lei (isonomia) e do direito à opinião (isegoria), eles possam participar ativamente da construção e da gestão do espaço público e da elaboração e legitimação dos princípios morais e legais que os conduzem.

Com a democratização do ensino, a formação para a cidadania passa a ser uma questão que cada vez mais angaria as atenções. Nesse sentido, que princípios norteadores serão utilizados para que a formação escolar possa ser considerada cidadã? Em um país onde a diversidade é uma característica, como é o caso do Brasil, quais valores – e práticas consequentes – poderão nortear uma escola que quer atingir os objetivos de uma formação para a cidadania? Como realizar o ensino de princípios e valores para o exercício da cidadania nas instituições escolares?

Essas questões são pertinentes e relevantes quando debatemos o tema em questão e muitos podem ser os caminhos, mas podemos observar que a escola é um ambiente propício à aprendizagem da convivência e se constitui um espaço de socialização privilegiado. Como veremos a seguir a legislação mundial e a legislação brasileira apontam caminhos que podem indicar o ensino de uma formação para a cidadania.

A relação entre cidadania e direitos humanos vem sendo feita no Brasil já há algum tempo, a cátedra de Educação para a Paz, Democracia, Direitos Humanos e Tolerância é um exemplo disso, é a primeira no gênero a ser organizada num país de língua portuguesa. Maria Victoria de Mesquita Benevides, membro da cátedra de Educação para a paz, Democracia, Direitos Humanos e Tolerância, diz em seu artigo: Os direitos humanos como valor universal cita a Conferência Mundial de

Direitos Humanos que ocorreu em 1993, na cidade de Viena para fundamentar o valor universal dos direitos humanos.

Segundo Benevides:

A Conferência de Viena consagrou os direitos humanos como tema global reafirmando, por consenso, a universalidade (a qual “não admite dúvidas”), a indivisibilidade e a onipresença, na medida em que permeiam todas as áreas da atividade humana. Dentre várias questões passíveis de polêmica, destaco três para comentar:

1. o questionamento, no campo doutrinário, sobre as “gerações de direitos humanos”, face à afirmação de sua indivisibilidade;
2. a possível oposição entre a universalidade dos direitos humanos e a afirmação do “direito à cultura”, decorrente de uma visão eventualmente distorcida do “relativismo cultural”;
3. a possível oposição entre a universalidade dos direitos humanos e a soberania de cada Estado, com ênfase no caso brasileiro.

O caráter universal dos direitos humanos possibilita a discussão sobre uma formação para a cidadania que esteja apoiada na legislação vigente e nos estudos realizados no Brasil e no mundo. Estabelece-se assim uma relação possível entre os valores defendidos pelos direitos humanos e uma formação para a cidadania. Sendo assim, faremos um breve histórico dos direitos humanos e sua relação com a história brasileira para esclarecer sua trajetória até o surgimento da Educação em direitos humanos.

O Brasil se defronta com a questão dos direitos humanos desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, na qual é signatário. Essa declaração criada logo depois do final da Segunda Guerra Mundial tinha como

um de seus objetivos evitar que os horrores cometidos nos campos de concentração nazistas voltassem a acontecer.

Se pensarmos em direitos humanos, não podemos deixar de mencionar, também, a identificação de diferentes gerações de direitos humanos teorizada por Thomas Humphrey Marshall, no livro *Cidadania, Classe social e Status* (1967). As gerações de direitos humanos demonstram principalmente as relações que são estabelecidas entre o cidadão e o Estado em diferentes momentos históricos, que as definem e caracterizam. Em um primeiro momento, na primeira geração de direitos humanos, havia a necessidade de garantir direitos cívicos e políticos e lutar contra o Estado autoritário e absolutista. Já a luta pelos direitos econômicos e sociais exige prestação e cooperação ativa do Estado. Essa transformação fica bem clara na passagem do Estado Liberal para o Estado de bem-estar, caracterizando a segunda geração de direitos humanos.

A geração seguinte se caracteriza pela luta e aquisição de direitos coletivos, onde se manifestam os princípios da fraternidade e da solidariedade.

Nessa terceira geração os direitos transindividuais, e difusos, são formados por vários ramos do direito, como o do direito da criança e do adolescente, direito ambiental, direito à educação, entre outros.

Segundo Bobbio (2004):

Sabemos hoje que também os direitos ditos humanos são o produto não da natureza, mas da civilização humana; enquanto direitos históricos, eles são mutáveis, ou seja, suscetíveis de transformação e de ampliação. Basta examinar os escritos dos primeiros jusnaturalistas para ver quando se ampliou a lista dos direitos: Hobbes conhecia apenas um deles, o direito à vida. Como todos sabem, o desenvolvimento dos direitos do homem passou por três fases: num primeiro momento, afirmaram-se os direitos de liberdade,

[...] num segundo momento, foram promulgados os direitos políticos, [...] finalmente, foram proclamados os direitos sociais, que expressam o amadurecimento de novas exigências – podemos dizer de novos valores [...] (BOBBIO, 2004, p. 32).

Ainda sobre as gerações dos direitos humanos:

Não há como discordar do professor Trindade em sua defesa da complementaridade e interdependência entre os direitos. Mas tal concordância, a meu ver, não invalida a doutrina das gerações, pois esta não implica uma analogia completa com as gerações biológicas, que nascem, crescem e morrem, dando origem a outro ciclo. As gerações de direitos humanos representam momentos históricos que não são nem estanques nem extintos, mas complementares e incorporados (como na classificação das etapas históricas da cidadania, no ensaio clássico de Marshall: direitos civis, no século 18, direitos políticos no século 19 e direitos sociais no século 20) (BENEVIDES).

A partir do fim da ditadura militar no Brasil, a abertura política possibilita que as questões relativas aos direitos humanos voltem com mais intensidade e os movimentos sociais fiquem cada vez mais organizados.

Até a chegada da Constituição Federal de 1988, o Brasil vive um período de transição, destacando-se a criação das centrais sindicais, os movimentos sociais e a criação do Partido dos Trabalhadores.

A Ordem dos Advogados do Brasil e a Igreja Católica, tendo em vista o período de restrição de direitos vivido com a ditadura militar, associaram-se a grupos de defesa dos direitos humanos defendendo as minorias.

A Constituição Federal de 1988 resultou no acordo de diversas forças, um complexo processo de negociações entre partidos políticos, movimentos sociais e outros grupos onde ocorreram perdas e ganhos. O texto extenso e detalhado é uma das consequências dos embates. São inegáveis os avanços conquistados pela Constituição Federal de 1988.

Um exemplo recente disso é o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) criado, com base no artigo 84, inciso IV, da Constituição, pelo Decreto nº. 1.904 de 13 de maio de 1996. A ideia de Programas Nacionais de Direitos Humanos nasceu na Conferência Mundial dos Direitos Humanos (Viena, 1993). Nessa Conferência, decidiu-se recomendar aos países presentes que elaborassem programas nacionais com o propósito de integrar a promoção e a proteção dos direitos humanos como programa de governo.

No Brasil, a Educação em Direitos Humanos é recente. Avançou nas últimas décadas, com mais força com o fim da ditadura e a redemocratização do país, fundamentada na legislação já existente sobre Direitos Humanos.

A educação em Direitos Humanos no Brasil, conforme o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, é assim compreendida:

[...] um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direito articulando as dimensões de apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos; a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos; a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivos, sociais, éticos e políticos; o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva; o fortalecimento de práticas individuais e sociais geradoras de ações e instrumentos a favor da promoção, da proteção e da defesa dos direi-

tos humanos, assim como da reparação de suas violações (BRASIL, 2009, p. 25).

Percebemos que a Educação em direitos humanos e a formação para a cidadania partem de valores em comum como: paz, democracia, garantia e exercício de direitos. A escola é o espaço onde esses valores devem ser cultivados, possibilitando que a educação seja o caminho adequado para a concretização desses ideais.

A abertura política possibilita que as questões relativas aos direitos humanos voltem com mais intensidade com uma trajetória que no âmbito educacional culmina com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Os três poderes da República, especialmente o Poder Executivo (governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal), organismos internacionais, instituições de educação superior e a sociedade civil organizada, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) e o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério da Justiça (MJ) e Secretarias Especiais, participaram da construção do documento.

O documento descreve tarefas prioritárias, como a universalização do Ensino Fundamental e a ampliação da Educação Infantil, entendendo a Educação de qualidade como um Direito essencial.

Entende como dever dos Estados Democráticos, garantir a educação de pessoas com necessidades especiais, a profissionalização de jovens e adultos, a erradicação do analfabetismo e a valorização dos(as) educadores(as) da educação, da qualidade da formação inicial e continuada, tendo como eixos estruturantes o conhecimento e a consolidação dos direitos humanos.

A construção do Plano foi iniciada, em 2003, com a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, Portaria nº. 98/2003 da SEDH/PR. A primeira versão do documento ocorreu em 2004. Em 2005, foram realizados vários encontros, fóruns e semi-

nários nacionais e internacionais, regionais e estaduais que garantiram ampla participação. Em 2006, o trabalho foi concluído, com a compilação das propostas aprovadas nos encontros efetuados com a participação dos vários segmentos da sociedade.

Essa compilação foi realizada por alunos e professores do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH/UFRJ), instituição vencedora do processo licitatório simplificado lançado pela SEDH/PR, em parceria com a UNESCO.

Nesse sentido, a Educação em Direitos Humanos é o caminho apontado por vários documentos para que a escola como espaço privilegiado de acesso ao conhecimento humano e integração social possa cumprir o seu papel de formação para a cidadania tão defendido na legislação atual e que precisa na prática ocorrer de forma efetivamente prática.

Entendemos ser essa uma temática importante e que demanda a constante discussão por diferentes perspectivas, onde Direito e Educação possam contribuir consideravelmente para o entendimento do que seja a formação para a cidadania em sua estreita ligação com os Direitos humanos e qual a contribuição histórica e prática do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, analisando sua trajetória dos direitos humanos na fundamentação e as ideias ali expressas no que concerne à formação escolar.

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E O SEU CONTEXTO

A Década Internacional da Educação em Direitos Humanos (1995-2004), declarada pela ONU e o resultado da Conferência Internacional de Viena (1993), desencadeou um processo que chamava os países membros das Nações Unidas a se organizar em processos educacionais que promovessem a compreensão dos direitos fundamentais. Essa foi a década na qual se convocou os Estados-membros da ONU a assumir um papel na organização de programas formais e não

formais de educação em matéria de direitos humanos e de incentivar a participação de todos os segmentos da sociedade.

Em 1997, a ONU definiu as Diretrizes para a formulação de Planos Nacionais de Educação em Direitos Humanos, de acordo com a Resolução 49/184. Na perspectiva de cumprir as recomendações da ONU, o Brasil criou a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos por meio do Decreto nº. 2.193 de 7 de abril de 1997. Iniciou-se um processo que culminaria com a criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), em 2003, com o objetivo principal de elaborar o PNEDH.

O PNEDH configura-se assim em um instrumento de política pública, implementado em 2006. De acordo com o documento (BRASIL, 2007), o processo de elaboração do plano iniciou-se, em 2003, com a criação do CNEDH, por meio da Portaria nº. 98/2003 da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR).

De acordo com o PNEDH (BRASIL, 2007), participaram do processo de sua construção os três poderes da República, especialmente o Poder Executivo (governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal), organismos internacionais, IES e a sociedade civil organizada, conforme o texto do documento, a SEDH e o MEC, em parceria com o Ministério da Justiça (MJ), e Secretarias Especiais.

Ainda, de acordo com o documento (BRASIL, 2007), o CNEDH tinha como função reunir representantes dos diversos setores e instituições da sociedade. Foi formado por especialistas, representantes da sociedade civil, instituições públicas e privadas e organismos internacionais e especialistas da área. Sua primeira missão foi elaborar o PNEDH, objetivando estimular o debate sobre os direitos humanos e a formação para a cidadania no Brasil.

Como resultado do trabalho do CNEDH, a primeira versão do PNEDH foi lançada pelo MEC e a SEDH/PR, em dezembro de 2003. Em 2004, essa primeira versão do plano foi debatida em encontros, seminários e fóruns em âmbito nacional, regional e estadual.

Em 2005, foram realizados encontros estaduais com o objetivo de difundir o PNEDH, resultando em contribuições de representantes da sociedade civil e do governo para aperfeiçoar e ampliar o documento.

Segundo dados extraídos do PNEDH, mais de cinco mil pessoas, de 26 unidades federadas, participaram desse processo de consulta que, além de incorporar propostas para a nova versão do PNEDH, resultou na criação de Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos e na multiplicação de iniciativas e parcerias nessa área.

Evidencia-se uma intenção de consolidar a participação de vários segmentos da sociedade, o que, de alguma forma, parece indicar uma forte intenção de legitimar o conteúdo do documento. Essa tentativa fica mais evidente ainda com a leitura de sua apresentação que, apesar de bastante sucinta, busca enfatizar o caráter processual e participativo na elaboração do documento.

EDUCAÇÃO BÁSICA NO PNEDH

A Educação Básica compreende atualmente a Educação Infantil, o Ensino Fundamental de nove anos e o Ensino Médio. É indiscutível sua importância no desenvolvimento do estudante – na condição de sujeito pleno de direitos e futuro cidadão – ocorrendo na fase mais complexa de formação física, moral e intelectual do ser humano. Além disso, abarca potencialmente 14 anos de trajetória escolar do aluno em instituições de ensino, o que por si só condiciona o início e garantia de uma efetiva educação em direitos humanos. Afinal, o não acesso à educação básica, tão-somente, já inviabiliza qualquer perspectiva decorrente de uma formação escolar nesses termos e uma violação brutal aos Direitos Humanos.

O PNEDH naquilo que se refere à Educação Básica reconhece a escola como espaço privilegiado de formação, onde ocorrem interações importantes. É nessa socialização e integração que a EDH pode acontecer. Ainda

em seus princípios, o documento estabelece a necessidade de uma educação pautada no respeito à diversidade e a formação ativa da cidadania.

Não é apenas na escola que se produz e reproduz o conhecimento, mas é nela que esse saber aparece sistematizado e codificado. Ela é um espaço social privilegiado onde se definem a ação institucional pedagógica e a prática e vivência dos direitos humanos. Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas (BRASIL, 2007, p. 31).

Percebemos que, apesar de uma visão ampla do conceito de educação em direitos humanos, apresentada em linhas gerais, o documento parece privilegiar, notadamente, a perspectiva de difundir a história e o conceito de direitos humanos – como um objeto de estudo específico – ante a perspectiva de desenvolver valores e ações que os respeitem de forma muito ampla e, na mesma proporção, vaga, o que de alguma forma, delimita a própria definição operativa de uma EDH, contemplada no plano.

A EDH no Brasil, conforme o PNEDH, é assim compreendida:

[...] um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direito articulando as dimensões de apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos; a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos; a

formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivos, sociais, éticos e políticos; o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva; o fortalecimento de práticas individuais e sociais geradoras de ações e instrumentos a favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, assim como da reparação de suas violações (BRASIL, 2007, p. 25).

A escola, como uma instituição responsável pela formação integral dos cidadãos, e de acordo com o documento, um local importante para a consolidação da educação em direitos humanos, deve possibilitar que o direito de aprender ocorra de maneira plena, pois só assim podemos considerar que a instituição escolar respeita os direitos humanos.

A garantia do direito de acesso ao conhecimento e a uma escola que prepare para o exercício da democracia é o passo mais importante para a concretização da educação em direitos humanos como prática. Percebemos que o PNEDH trata dessa perspectiva, tão relevante para a formação em educação em direitos humanos na Educação Básica, como muito menos ênfase e destaque, o que demarca de forma objetiva mais a perspectiva dos direitos humanos como um objeto de estudo específico.

Notamos que, no que diz respeito à educação básica, o PNEDH parece não ter aproveitado a oportunidade de deixar mais clara essa outra perspectiva presente na proposta de uma EDH, capaz de contemplar uma escola que forma seus alunos para a democracia e para a consolidação de uma sociedade cada vez mais democrática para todos, por meio do acesso ao conhecimento, historicamente acumulado pela sociedade como um direito em meio a uma cultura escolar pública que enxergue os Direitos Humanos não como um eixo a mais, mas como um denominador comum a todos os objetivos e práticas escolares.

Em outros momentos, podemos perceber que o PNEDH demonstra uma intenção em contemplar uma visão um pouco mais ampla de EDH. Passaremos a exemplificar alguns trechos nos quais analisamos uma perspectiva mais adequada de EDH utilizada no PNEDH. Embora ela tenha aparecido no documento de maneira bastante rápida, entendemos que cabe uma análise mais atenciosa a fim de demonstrar a perspectiva, que entendemos ser a mais abrangente e, proporcionalmente, consequente.

O documento inicia sua análise sobre a educação básica apresentando concepções e princípios sobre a EDH:

Assim, a educação em direitos humanos deve abarcar questões concernentes aos campos da educação formal, à escola, aos procedimentos pedagógicos, às agendas e instrumentos que possibilitem uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa (BRASIL, 2007, p. 31).

Podemos entender que a educação em direitos humanos com o dever de abarcar questões concernentes aos campos da educação formal, à escola e aos procedimentos pedagógicos, deve ser aquela que garanta o acesso ao conhecimento e aos princípios democráticos, mas percebemos que isso não fica muito claro na redação do documento, ou seja, não foi devidamente aprofundado.

Temos como outro exemplo um dos princípios da Educação Básica elencados no documento:

d) a educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (sic) (étnico-racial, religiosa, cultu-

ral, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação (BRASIL, 2007, p. 32).

O princípio trata da garantia da cidadania, do acesso ao ensino, permanência e conclusão e qualidade da educação de maneira muito sucinta e pouco aprofundada. Entendemos que essa perspectiva, muito importante, mencionada rapidamente em apenas um dos princípios da Educação Básica, deveria ser tratada com muito mais ênfase no documento, já que é pressuposto para que a educação em direitos humanos ocorra.

De que modo a educação em direitos humanos pode acontecer plenamente em âmbito escolar, na Educação Básica, se o acesso, a permanência, a conclusão e a garantia de acesso também ao conhecimento formal não são garantidos? Percebemos a ausência de uma concepção ampliada de EDH que vai muito além da introdução do conceito e dos relatos históricos sobre o tema. Podemos afirmar que a escola que realmente concretiza em sua prática uma EDH garante não só o acesso e a garantia de vaga conquistada por meio da democratização do ensino, mas também um cotidiano de valores fundamentados nos princípios, aqui descritos para a Educação Básica, que também asseguram o acesso ao conhecimento, o direito à concretização da aprendizagem e à cultura construída e transmitida pelas gerações passadas.

Em outro princípio da Educação Básica, o PNEDH também deixa de explicitar de maneira clara a importância da perspectiva da EDH como uma forma de garantia do direito à educação: “a escola, como espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, deve assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentes com os valores e princípios da educação em direitos humanos” (BRASIL, 2007, p. 32). Talvez fosse mais oportuno, nesse princípio, descrever a perspectiva de que o direito à

educação está inserido na prática que deve ser adotada, para que a instituição escolar esteja coerente com os valores e princípios da EDH, porém o documento não abordou de maneira clara o que consideramos essencial.

O projeto político pedagógico é um instrumento importante e poderia ter sido abordado com maior ênfase pelo PNEDH, visto que precisa ser construído coletivamente, norteando o cotidiano escolar e proporcionando uma ótima oportunidade de discussão sobre o direito de acesso ao conhecimento que deve ser garantido pela escola, bem como, tendo incluído em seu texto, a perspectiva de educação em direitos humanos.

Desse modo, na EDH, a educação é compreendida como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos e ao exercício pleno da cidadania.

A educação ganha, portanto, mais importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, o que inclui o acesso ao conhecimento e o direito à educação. Essa concepção de educação busca efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos, além da defesa socioambiental e da justiça social.

Devemos salientar que o PNEDH apresenta uma parte dedicada à Educação Básica, importante etapa na construção de saberes e formação para a cidadania, tratando de valores, princípios e ações relevantes como é o caso do respeito às diferenças, o caráter coletivo, democrático e participativo, que deve ocorrer em espaços marcados pelo entendimento mútuo e igualdade.

Se pensarmos na escola que temos hoje no Brasil, com tantas situações de violência, é inegável a importância de um documento que afirme tais valores como aqueles que devem fundamentar a prática escolar. O PNEDH

também apresenta em suas ações programáticas, para a educação básica, alguns conceitos relevantes para levar nossos educandos a conquistar uma formação cidadã. É um avanço, e mesmo com todas as eventuais lacunas, segue rumo à concretização de uma política pública voltada para a educação em direitos humanos em um país que ainda tem muito a caminhar no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação em direitos humanos, da forma como se configura no PNEDH, ou seja, como um processo de educação integral visando a formação de uma consciência cidadã, é de vital importância no âmbito escolar. Portanto, sua difusão também é fundamental.

Nesse sentido, concluímos que o PNEDH é uma política pública importante para o país e que avança na divulgação e consolidação da EDH, contudo apresenta lacunas que merecem ser analisadas e debatidas.

Se pensarmos em uma educação de qualidade preocupada com a formação integral do educando, considerando e respeitando a legislação em vigor relacionada aos direitos humanos, devemos estabelecer como valores a serem cultivados no ambiente escolar aqueles que estejam de acordo com os princípios democráticos.

A EDH é aqui entendida como uma possibilidade de formação integrada aos valores e princípios democráticos que garantem a qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras. As Diretrizes Nacionais destacam princípios educacionais que a norteiam e que são definidos no PNEDH, e chama a atenção para a importância dessa perspectiva no intuito de alicerçar os Projetos Pedagógicos escolares em seus princípios, valores e objetivos e práticas de ensino que lhe sejam coerentes.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Vitória Mesquita. Educação para a Democracia. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 38, p. 223-237, dez. 1996.

_____. Os direitos humanos como valor universal. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 34, dez. 1994.

_____. Cidadania e Direitos Humanos. **Cadernos de Pesquisa**, nº. 104, São Paulo, p. 39-46, jul. 1998.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, 76 p.

CARVALHO, J. S. F. **Uma idéia de formação continuada em educação em direitos humanos**. In: SILVEIRA, R. M. G.; DIAS, A. A., 2002.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH), de 1948.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB), DE 1996.

MARSHAL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Submetido em: 14-8-2018

Aceito em: 4-12-2018